

O Estado de S. Paulo

15/6/1984

Pontal ainda espera solução

Da regional de PRESIDENTE PRUDENTE

Embora o governador Franco Montoro repita em seus discursos que já solucionou o problema das 500 famílias de lavradores do Pontal, elas continuam sem trabalhar, acampadas desde o mês passado num canteiro de obras desativado da Cesp, sendo alimentadas pela Secretaria de Promoção Social e aguardando as terras que o governo estadual prometeu. No entanto, até agora só o dinheiro — mais de Cr\$ 3 bilhões — foi depositado e a Justiça de Teodoro Sampaio autorizou a imissão de posse, pelo governo, da área de 15.110 hectares que o Estado quer desapropriar, distribuindo três hectares para cada grupo de parentes. Contrários a isso, 14 fazendeiros recorreram em instância superior e, se vencerem, Montoro será impedido de realizar o seu projeto de um núcleo de produção de alimentos nesse terreno.

O total de acampados na área da Cesp é dez vezes maior que o número de pessoas que, em 15 de novembro de 83, invadiram as fazendas Tucana e Rosanela, de onde foram expulsas por forças policiais, e depois acamparam junto à estrada SP-613, que liga as cidades de Teodoro Sampaio e Rosana. Existe trabalho nos canaviais da região, mas os lavradores estão de braços cruzados, sentados nos cantos ou conversando sobre o projeto do núcleo experimental da Secretaria da Agricultura, que não ficará pronto antes de seis ou oito meses.

Ontem, o diretor da Dira, Adilson Gil de Oliveira, informou que, inicialmente, segundo o plano, os lavradores não vão morar nas glebas, permanecendo no terreno da Cesp, distante de 30 a 40 quilômetros, e todo dia viajarão ao local onde desenvolverão a agricultura de subsistência. Otimista, o agrônomo calcula que a partir de setembro os lavradores começarão a semear. Só quando fizerem as primeiras colheitas é que deixarão de depender do governo para a alimentação.

No Pontal, os acampados recusam-se a comentar uma possível vitória dos fazendeiros contra a desapropriação da área situada no 14º perímetro e que é objeto de ação discriminatória desde 1956.

(Página 12)